

A Imigração Trentina em Santa Catarina (História de um Livro)

Renzo M. Grosselli ()*

No outono de 1982 dei início ao trabalho de pesquisa que me conduziria à elaboração do livro "Vencer ou Morrer"¹.

Durante um ano, minhas buscas se dirigiram à coleta e análise da ampla bibliografia existente sobre a história da região trentina no século XIX, o complexo processo de colonização no Brasil daquele período e a história da então Província de Santa Catarina.

Simultaneamente, minhas atenções voltaram-se para os arquivos trentinos. Trabalhei demoradamente junto ao Arquivo de Estado de Trento, procurando reconstruir as fases da epopéia migratória a partir de 1850 até os anos 90.

A vasta documentação ali encontrada, propiciou-me retratar com suficiente precisão as várias direções deste fluxo² bem como quantificá-lo. Graças a ela, foi-me possível recompor em detalhes a estrutura daquela que chamei "Organização Caetano Pinto", seja no trentino como em outras regiões do norte da Itália.

Obtive, ainda, alguns resultados menores, embora importantes como a descrição do relacionamento entre as autoridades civis e policiais do Trentino³, relativas ao violento e repentino fenômeno migratório e petições, cartas e documentos pessoais de futuros emigrados para o Brasil.

Com as informações contidas em outros arquivos municipais e paroquiais da região, consegui ampliar a documentação sobre o tema e, de modo especial, recompor uma listagem com aproximadamente 16.000 nomes de Trentinos que, entre 1874 e 1890, emigraram da Europa para a América.⁴

Paralelamente a este trabalho, tentei obter financiamento para minha transferência ao Brasil. Não tive o sucesso esperado. Levantei apenas a quantia de 1.000 dólares, quando necessitava, pelo menos, sete vezes mais, a fim de permanecer um ano em Santa Catarina, tempo que imaginava indispensável ao meu projeto. Com imensos sacrifícios econômicos da família, apurei a soma necessária, lançando mão, além de minha poupança

(*) Colaborador do Departamento de Sociologia da Universidade de Trento (Itália). Desde 1983 que está no Brasil estudando a presença de imigrantes trentinos no desenvolvimento dos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Paraná. Sobre o mesmo assunto publicou recentemente "Colonie Imperiali nella terra del caffè"

pessoal, à de minha mulher.

Em setembro de 1983, finalmente, parti para Santa Catarina, junto com Annarosa Gianotti, minha esposa, e Serena, nossa filha, com somente um ano de idade. O destino foi Nova Trento, onde alugamos uma casa muito modesta. Foi-nos de grande ajuda, naquela ocasião, a solidariedade da gente Nova-trentina, que não mediu esforços para facilitar nossa permanência em seu meio.

Uma vez instalados, minha mulher começou a colaborar quase em tempo integral na pesquisa. Dedicamo-nos, de início, à composição de uma bibliografia, a mais vasta possível, referente a obras em português, sobre a colonização no sul do Brasil e, principalmente, em Santa Catarina. Simultaneamente, porém, não descuidei de estabelecer íntimo relacionamento com a comunidade local, a fim de assimilar usos e costumes, como primeira abordagem da história daquela comunidade, transmitida pela tradição oral. Neste meio tempo, viajei a Rodeio e Lageado Alto (Guabiruba) bem como a Rio dos Cedros, localidades de colonização trentina.

Já estava claro na minha mente que o segmento da história que procurava descrever, deveria ter em contra a "visão camponesa", isto é, o ponto de vista dos emigrados (imigrantes) e de seus filhos e netos. Isto tornar-se-ia possível, seja pela análise da documentação pessoal de cada um, seja pela gravação de entrevistas com os mais idosos e informados entre os brasileiros de origem trentina ou italiana.

Durante minha permanência em Santa Catarina, recolhi cerca de 30 entrevistas, ao todo mais de 20 horas de registro. Elas me elucidaram vários aspectos do processo emigratório-imigratório e sugeriram novas hipóteses de pesquisa e sobretudo, interpretações do fenômeno que, a meu ver, representa um dos pontos altos do livro.

Contudo, a parte mais relevante da minha atividade, desenvolveu-se nos Arquivos Catarinenses, nas bibliotecas a eles anexas, e junto à Biblioteca Pública do Estado, em Florianópolis⁵.

Por oito meses, estive embrenhado em nove arquivos. Entre esses, cinco ocuparam a maior parte do meu tempo e o de Annarosa: o Arquivo Público do Estado, em Florianópolis, o Arquivo Histórico J. Ferreira da Silva, de Blumenau, o Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque, o Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis e o Arquivo (cartório) Paulina K. Rachadel, de Nova Trento. Nesses dois últimos, procuramos definir as listas de imigrantes trentinos e italianos e levantar sua localidade de origem na Itália, mediante a consulta em registros matrimoniais, óbitos e batismos. Annarosa foi quem se ocupou, em grande parte, deste aspecto.

Em Florianópolis, Brusque e Blumenau, tratamos de recompor o caótico e atormentado período da colonização italiana nas colônias imperiais

de Blumenau e Itajaí — Príncipe Dom Pedro, e em menor escala, nas de Luís Alves, Azambuja e Grão Pará, para onde afluíram numerosos italianos, embora poucos trentinos.

O tipo de material com que tive contato durante minhas buscas, poderia classificar-se, sobretudo, como documentação de partida ou de chegada, da ou para a Presidência da Província que, na organização das colônias, possuía um rol dirigente predominante: 1. correspondências dos Presidentes e Vice-Presidentes; 2. ofícios destes aos Diretores das Colônias; 3. comunicação aos vigários das colônias; 4. relatórios dirigidos ao Ministério da Agricultura; 5. correspondências com os consulados.

Uma segunda classe de papéis manuseados diz respeito à propriedade dos lotes de terra e as dívidas coloniais assumidas pelos imigrantes, perante o Estado; livros de contabilidade (conta-corrente), escritura de lotes e livros de assentamento da propriedade urbana e rural com a relação dos títulos definitivos ou provisórios⁶.

Em ordem de importância e de quantidade deparei-me com estes subsídios, primeiro no Arquivo Público do Estado, segundo, no Arquivo J. Ferreira da Silva e finalmente, no Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque. Em todos eles fui auxiliado por pessoal competente e completamente disponível.

Assim, tomei conhecimento de todo o acervo que me interessava até aquele momento, sendo que, em alguns casos, incursionei rapidamente em assuntos, adquiridos há pouco, ainda não indexados. Recordo, por exemplo, a oportunidade rara, oferecida pelo diretor do Arquivo Público do Estado, Sr. Iaponan Soares de Araújo, para que eu pudesse supervisionar livros de conta-correntes e escrituras dos lotes da colônia de Blumenau ainda não constantes dos índices, porquanto consignados ao Arquivo por aqueles dias.

Este grande privilégio permitiu-me então, restabelecer com exatidão a seqüência dos lotes e dos respectivos proprietários trentinos, nas áreas dos atuais municípios de Rodeio e Rio dos Cedros.

Posso afirmar que os funcionários dos três arquivos orientaram com grande competência minhas pesquisas e foram sumamente prestativos às minhas necessidades de modo que eu não perdesse tempo ou esquecesse alguma fonte arquivística. É meu dever recordar, aqui, o auxílio recebido, naquela ocasião, não apenas de Iaponan Soares, mas também de Suely Vanzuita Petri, do Arquivo de Blumenau, e de Ayres Gevaerd, de Brusque. Relembro, com extrema simpatia, que Ayres me entregou as chaves do Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque, permitindo-me trabalhar a semana inteira⁷. Asseguro, com certeza, que semelhante atitude, dificilmente teria acontecido na Europa.

Sobram-me razões para crer que tive ocasião de entrar em contato com toda a documentação de meu interesse, recolhida e contida nos supracitados arquivos. Contudo, minha contribuição tornar-se-ia incompleta se se limitasse tão-somente a indicar as fontes da minha investigação científica e o apoio recebido nos vários arquivos⁸.

Levando em consideração a experiência que possuo nesse campo, ousou afirmar que minha crítica deva qualificar-se em termos positivos, mesmo ao abordar as falhas da organização arquivística catarinense. Elas dizem respeito a duas ordens de razões: antes de mais nada, percebi, uma falta de coordenação entre os três arquivos principais. Todos eles recolhem “também” documentos referentes ao processo de colonização do Estado. Naquela ocasião⁹, não existia a menor articulação entre estas instituições que pudesse minorar a perda de tempo do pesquisador. Penso que seu trabalho poderia ser decisivamente recompensado se cada uma delas tivesse a seu dispor os catálogos das co-irmãs. O historiador dispensaria assim, buscas inúteis e repetitivas, e teria imediatamente uma visão global do material catalogado, em qualquer dos arquivos onde iniciasse o levantamento.

Em segundo lugar, observei uma certa inadequação “técnica” nos arquivos referidos. Havia dificuldade para se dispor de fotocópias e inexisiam, em absoluto, serviços de microfilmagem. Estes são hoje instrumentos indispensáveis ao trabalho da pesquisa arquivística¹⁰.

Neste aspecto, o discurso poderia tomar outra direção. Um arquivo moderno faz juz a avultadas verbas para seu funcionamento¹¹. Certamente, o Estado de Santa Catarina poderia assumir o ônus de tais despesas e assim também, provavelmente, a Fundação Dr. Blumenau e o Município de Blumenau. Poder-se-ia dizer o mesmo da Sociedade Amigos de Brusque e do Município de Brusque?

No período em que atuei em Santa Catarina, somente a dedicação apaixonada de Ayres Gevaerd e de poucos mais, garantia a sobrevivência do Museu e do Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque. A Sociedade, por si só, não teria condições de transformar aquele arquivo numa instituição moderna e funcional, sem dúvida, por falta de recursos. É bem verdade que a documentação conservada em Brusque e atinente à Colônia Itajaí — Príncipe Dom Pedro não é quantitativamente muito relevante.

Para evitar a deteriorização deste acervo e para prestar maiores serviços ao investigador, parece-me que se poderia dar apenas duas soluções: — que a municipalidade de Brusque se encarregasse desta tarefa; — que os fundos arquivísticos da Sociedade Amigos de Brusque fossem trasladados para o Arquivo Público do Estado, em Florianópolis.

* Tradução de Edmundo Vegini

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **Vincere o morire.** Contadini Trentini (Veneti e Lombardi) nelle foreste Brasiliane. "Vencer ou morrer. Camponeses Trentinos (Venetos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Parte 1, Santa Catarina 1875/1900.
2. O fluxo migratório dirigiu-se, entre outros países, para o Brasil, Argentina, Austrália e EEUU.
3. Trento, nesta época, fazia parte do Império Austro-Húngaro.
4. Calcula-se que o total de trentinos emigrados, ultrapasse as 30.000 almas.
5. Graças ao acervo hemerográfico desta biblioteca, foi-me possível analisar os órgãos de imprensa da época da colonização.
6. Só depois da publicação do livro, tive acesso à documentação que registra a entrada nos primeiros 80 anos, de pouco mais de uma centena de trentinos na colônia Grão Pará, cujos bisnetos vivem hoje no Município de Orleans.
7. Se não me falha a memória o arquivo abria ao público apenas dois dias por semana.
8. Cumpre-me acrescentar aos cinco que já mencionei, o Arquivo Histórico de Joinville, o Arquivo do Convento Franciscano de Rodeio, o Arquivo da Prefeitura de Nova Trento e o Arquivo ou Cartório de A. Ivam Margarida, de Blumenau.
9. Terminei a coleta em setembro de 1984, quando, deixando Santa Catarina, retornei à Itália. Durante todo um ano, dediquei-me à compilação do livro que veio à luz em janeiro de 1986.
10. Note-se que o autor não teve mais ocasião de retornar àqueles arquivos e, portanto, tal situação poderia, neste meio tempo, ter sido superada.
11. Necessita de ambiente confortável, pessoal especializado, sofisticado maquinário para a manutenção da temperatura ambiente ideal nos espaços reservados aos documentos, para os aparelhos de fotocópia e microfilmagem.

